

...continuação

relatório em 20/12/2017 com opinião com ressalvas sobre a contabilização de reavaliação do imobilizado e falta de estudos sobre depreciação e vida útil de seus bens. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Atividades. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Atividades e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Atividades e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Atividades, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Campinas, 11 de abril de 2018.

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3
Sócio Responsável

CRC2SP023856/O-1

CATUMBÍ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 02.904.978/0001-03
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias, submetemos a vossa apreciação nosso Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do exercício, Demonstração de Fluxo de Caixa e Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Para quaisquer esclarecimentos adicionais necessários, colocamo-nos a inteira disposição de V.sas. A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em reais)

Ativo	2017		2016		Passivo	2017		2016	
Circulante					Circulante				
Caixa	170	617			Dividendos a Pagar	31.197	186.976		
Bancos Conta Movimento	110.624	144.652			Impostos a Pagar	313.555	-		
Dividendos a Receber	839.557	997.761			Juros sobre Capital Próprio a Pagar	4.385.636	4.352.245		
Juros sobre Capital Próprio	7.844.805	7.415.736			Total do Circulante	4.730.388	4.539.221		
Total Circulante	8.795.156	8.558.766			Patrimônio Líquido (nota 5)				
Não Circulante					Capital Social	66.993.300	66.993.300		
CSLL a Compensar	885	885			Reserva Legal	2.988.718	2.961.352		
IRRF a Compensar	11.977	11.976			Reserva de Lucros	3.626.019	5.224.573		
IRRF dos Juros sobre Capital Próprio	695.576	196.665			Ajuste de Avaliação Patrimonial	141.783.134	141.783.134		
Total do Não Circulante	708.438	209.526			Total do Patrimônio Líquido	215.391.171	216.962.359		
Investimentos (nota 4)					Total do Passivo	220.121.559	221.501.580		
Investimentos em Controladas	210.617.965	212.733.288							
Total do Investimentos	210.617.965	212.733.288							
Total do Ativo	220.121.559	221.501.580							

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em reais)

	2017	2016
Despesas Administrativas	(341.680)	(25.059)
Despesas Financeiras	(457)	(9.643)
Receitas Financeiras	3.326.078	7.722
Equivalência Patrimonial	(2.436.623)	3.307.261
Lucro Líquido do Exercício	547.318	3.280.281

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em reais)

	2017	2016
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	547.318	3.410.139
(-) Resultado da Equivalência Patrimonial	2.436.622	(3.437.119)
(-) Reversão dos Juros Sobre o Capital Próprio	(39.284)	-
Lucro Líquido Ajustado	2.944.656	(26.980)
(Aumento)/Diminuição em Contas a Receber	(429.069)	-
(Aumento)/Diminuição em Impostos a Recuperar	(498.912)	766.306
(Aumento)/Diminuição em Investimentos	(2.398.097)	179.846
Aumento/(Diminuição) em Obrigações Tributárias	346.947	(1.287.480)
Recebimento de Dividendos	2.235.000	2.270.155
Caixa Líquido (Consumido) Gerado pelas Atividades Operacionais	(744.131)	1.928.827

Fluxos de Caixa de Atividade de Financiamentos

	2017	2016
Pagamento de Dividendos	(186.976)	(140.890)
Pagamento de Distribuição de Lucros	(2.048.024)	(2.048.301)
Caixa Líquido (Consumido) pelas Atividades de Financiamento	(2.235.000)	(2.189.191)
Fluxo de Caixa Consumido no Exercício	(34.475)	(287.344)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	145.269	432.613
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	110.794	145.269
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa	(34.475)	(287.344)

dos acionistas em relação à distribuição dos juros. Conforme a legislação brasileira, os juros sobre o capital próprio são considerados como parte do dividendo mínimo anual. Esta distribuição de juros nominais é tratada para fins contábeis como dedução do patrimônio líquido de maneira similar a um dividendo e o crédito fiscal registrado no resultado. A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras no final do exercício social, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório só é provisionado, caso aplicável, na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. (x) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

4. Investimento em Controladas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social Atualizado	67.000.000	67.000.000
Patrimônio Líquido	222.845.173	227.359.044
Participação no capital	99,99%	99,99%
Lucro ou Prejuízo do exercício	3.825.598	607.526
Ajuste de Valor Patrimonial	148.275.668	150.930.730
Resultado da Equivalência Patrimonial	(2.436.623)	3.307.261
Número de Quotas de Capital	67.000.000	67.000.000

5. Patrimônio Líquido: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social subscrito e integralizado está representado por 67.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. As ações farão jus a dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% do lucro líquido do exercício.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em reais)

	Capital Social		Reserva Legal		Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros (Prejuízos) Acumulados		Total
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	
Saldo em 31/12/2015	49.968.610	2.797.338			18.970.175		141.783.134				213.519.257
Lucro do Exercício									3.280.281	3.280.281	
Transferência para Reserva Legal		164.014							(164.014)	-	
Transferência para Reserva de Lucros					2.975.101				(2.929.291)	45.810	
Aumento de Capital	17.024.690				(14.626.593)					2.398.097	
Distribuição de Dividendos									(186.976)	(186.976)	
Distribuição de Lucros					(2.094.110)					(2.094.110)	
Saldo em 31/12/2016	66.993.300	2.961.352			5.224.573		141.783.134				216.962.359
Lucro do Exercício									547.318	547.318	
Transferência para Reserva Legal		27.366							(27.366)	-	
Transferência para Reserva de Lucros					57.715				(57.715)	-	
Aumento de Capital									(39.284)	(39.284)	
Distribuição de Dividendos									(31.197)	(31.197)	
Distribuição de Lucros					(1.656.269)				(391.756)	(2.048.025)	
Saldo em 31/12/2017	66.993.300	2.988.718			3.626.019		141.783.134				215.391.171

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em reais)

1. Contexto Operacional e Objetivos: A Companhia tem por objetivo a administração de bens próprios e de terceiros, a intermediação de negócios em geral e de participação no capital de outras sociedades. Constituída em 30 de novembro de 1998, através da integralização de capital mediante conferência das quotas sociais da FAME Fabrica de Aparelhos e Material Elétricos Ltda. que eram titulares os atuais sócios da Catumbi. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento para Pequenas e Médias Empresas - PME, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **3. Principais Práticas Contábeis Adotadas:** (i) *Apuração do resultado:* As receitas relativas às contribuições e as despesas são registradas observando-se o regime de competência. (ii) *Estimativas contábeis:* A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. (iii) *Instrumentos financeiros:* Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros não-derivativos detidos pela Companhia são classificados como mantidos até o vencimento, e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescidos os custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconheci-

mento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. (iv) *Hedges de fluxo de caixa:* A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas diferentes da sua moeda funcional. (v) *Ativo Circulante:* Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável das variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial, e ajustados ao valor presente. (vi) *Investimento:* Os investimentos são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal de subscrição ajustado pelo método da equivalência patrimonial. Os juros de Capital Próprio recebidos da coligada foram contabilizados à crédito na conta de investimento quando avaliados pelo método de equivalência patrimonial conforme deliberação CVM nº207 de 13/12/1996 item II. (vii) *Passivo circulante e não circulante:* Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial, e ajustados ao valor presente. (viii) *Custos dos empréstimos:* Os custos de empréstimos são reconhecidos no resultado no período em que são incorridos. (ix) *Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:* A Companhia pode distribuir juros sobre o capital próprio. O cálculo é baseado nos valores do patrimônio líquido e na taxa de juros aplicada, que não pode exceder a taxa de juros de longo prazo ("TJLP") determinada pelo Banco Central do Brasil. Além disso, tais juros não poderão exceder 50% do lucro líquido do exercício ou 50% dos lucros acumulados mais as reservas de lucros, conforme determinado pela lei societária brasileira. O benefício para a Companhia, em contraposição ao um pagamento de dividendos, é uma redução nos encargos com o imposto de renda, pois estas despesas de juros são dedutíveis no Brasil. O imposto de renda de 15% é retido na fonte em nome

Manoel Rodrigues Rentroia - Diretor Presidente **Antonio Gildo Petrongari** - Diretor Vice Presidente **Jose Armando R. Coelho Silva** - Diretor **Marcos Pessetto** - Técnico - CRC - 1SP 224371/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Catumbi Empreendimentos e Participações S.A.**, **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Catumbi Empreendimentos e Participações S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Catumbi Empreendimentos e Participações S.A.**, em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho de suas operações e fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações

financeiras a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato

de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de abril de 2018.
LCC Auditores Independentes - CRC nº 2SP029650/O-4
Marcelo Lopes dos Santos - Contador - CRC nº 1SP188429/O-2

